

# GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO CEPESI

## *Democratic management in solidarity economy: A reflection from CEPESI*

Pompilio Locks Filho  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Balneário  
Camboriú, SC, Brasil.

Natalia Amaro  
Prefeitura Municipal de Camboriú, SC, Brasil.

### Informações do artigo

Recebido em 23/03/2024

Aceito em 14/02/2025

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p284-303>

Copyright (c) 2025 Pompilio Locks, Natalia Amaro.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

*Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

*Adaptar* — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

### Como ser citado (modelo ABNT)

LOCKS FILHO, Pompilio; AMARO, Natalia. Gestão democrática na economia solidária: uma reflexão a partir do CEPESI.

**Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.**

Salvador/Recife, v. 50, n. 264, p. 284-303, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p284-303>

### Resumo

A economia solidária postula entre seus princípios a autogestão e a gestão democrática. Dessa forma, no presente trabalho buscamos compreender como funciona a gestão dentro de um centro público de economia solidária, refletindo sobre suas potencialidades democráticas. Para tanto, realizamos uma pesquisa empírica no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), que foi criado em 2005 com o objetivo de estimular a economia solidária na região. Metodologicamente, mobilizamos uma abordagem qualitativa, a partir da observação participante, análise documental e entrevista semiestruturadas. Concluímos que o CEPESI desenvolve processos democráticos, mas que diversos são os desafios a serem superados, como aumentar o envolvimento cotidiano dos associados, manter-se viável economicamente e possibilitar uma internalização dos princípios da Economia Solidária em um contexto neoliberal pós-pandêmico. Por fim, indicamos a necessidade de avançar no entendimento das potencialidades democráticas desse tipo de organização.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Democracia. Associativismo.

### Abstract

Solidarity economy postulates self-management and democratic management among its principles. Thus, in the present work we seek to understand how management works within a public center of solidarity economy and reflect on its democratic potential. For that, we carried out empirical research at the Public Center for Solidarity Economy of Itajaí (CEPESI), created in 2005, with the objective of stimulating the solidarity economy in the region. Methodologically, we mobilized a qualitative approach, based on participant observation, document analysis and semi-structured interviews. We conclude that CEPESI develops democratic processes, but that there are several challenges to be overcome, such as increasing the daily involvement of members, remaining economically viable and enabling an internalization of the principles of Solidarity Economy in a post-pandemic neoliberal context. Finally, we indicate the need to advance in understanding the democratic potential of this type of organization.

**Keywords:** Solidarity economy. Democracy. Associativism.

## INTRODUÇÃO

A economia solidária destacou-se no Brasil a partir da década de 1990, tendo por base cooperativas, associações, grupos informais e redes movimentalistas. De forma geral, visa melhorar as condições de vida de indivíduos em situação de vulnerabilidade e gerar trabalho de forma digna e associativa. Complementar, mas não menos importante, é o fato de ter propagado dentro e fora desses grupos temas como consumo consciente, respeito ao meio ambiente, equidade de gênero, solidariedade, autogestão, entre outros. Sobretudo, almeja-se que essa inovação emergida da sociedade civil brasileira possa transformar as práticas econômicas tradicionais ao incluir valores sociais mais amplos na dinâmica de mercado (Gaiger; Verissimo; Ferrarini, 2018).

Apesar da diversificação das experiências diagnosticada pela literatura acadêmica, é indiscutível o grande avanço que a economia solidária experimentou no Brasil na primeira década do século XXI (Silva, 2018). Fruto de uma “convergência social e política singular” (Gaiger *et al.*, 2018, p. 140), de um lado os grupos cresceram quantitativamente, se tornaram mais diversos e complexos, auxiliando a criar em nossa sociedade espaços públicos plurais (Laville, 2016), por meio de inúmeras redes e fóruns movimentalistas. Por outro lado, os próprios governos municipais, estaduais e nacional, desenvolveram leis e políticas públicas para fomentar a economia solidária, cujo marco central foi a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), existente de 2003 até 2016. Nos últimos anos, entretanto, a ascensão de projetos políticos neoliberais e autoritários em nível nacional<sup>1</sup> freou esse impulso e desmontou muitas das dinâmicas construídas previamente.

Apesar desse contexto desfavorável, cabe aos pesquisadores interessados no tema a constante reflexão sobre as práticas dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e suas potencialidades. Esse trabalho, portanto, busca contribuir com a literatura acadêmica a partir de uma pesquisa empírica sobre o CEPESI (Centro Público de Economia Solidária de Itajaí), localizado na cidade de Itajaí, Santa Catarina. Criado em 2005, o centro possui características particulares, sendo um espaço de referência da economia solidária na região da Foz do Itajaí<sup>2</sup> e para o estado de Santa Catarina. Assim sendo, buscamos compreender os processos de gestão democrática no CEPESI, bem como refletir sobre suas potencialidades democráticas, esperando contribuir tanto teoricamente para a reflexão sobre democracia e economia solidária, quanto do ponto de vista empírico sobre as formas de gestão, suas potencialidades e limitações.

---

<sup>1</sup> Para definições mais detalhadas sobre os projetos políticos autoritários, neoliberais e participativos, ver Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

<sup>2</sup> A região da Foz do Itajaí, situada ao norte de Santa Catarina, é delimitada administrativamente pela Associação dos Municípios da Foz do Itajaí (AMFRI) em 11 municípios.

Na primeira parte do trabalho, levantamos estudos centrados no tema da gestão democrática na economia solidária, para, após, abordarmos a ecologia democrática das associações. Na sequência, apresentamos o *corpus* de dados, composto de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. Do ponto de vista metodológico, esse material foi tratado a partir de análise de conteúdo categorial. Explicamos brevemente o caso e constatamos que o CEPESI desenvolve processos democráticos, ainda que sejam diversos os desafios a serem superados, como aumentar o envolvimento cotidiano dos associados, manter-se viável economicamente e possibilitar uma internalização dos princípios da Economia Solidária em um contexto neoliberal pós-pandêmico. Por fim, indicamos a necessidade de avançar no entendimento das potencialidades democráticas desse tipo de organização, pois, apesar dos desafios, o centro tem resistido com o passar do tempo, sendo fator de esperança àqueles que acreditam na economia solidária enquanto geradora de círculos virtuosos na sociedade.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer (2002, p.16), em formulação sintética e precisa, sustenta que “talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas.”. Em linha semelhante de argumentação, para Gaiger (2013, p. 211) “O termo economia solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos 1990, à medida que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão.”.

Ao longo dos últimos anos, diversos estudos, teóricos e empíricos, foram feitos para entender as limitações e potencialidades da gestão democrática nos empreendimentos econômicos solidários. Entre esses, destacam-se Andion (2005), Barreto e Paula (2009), Lima (2010), Locks e Gugliano (2013), Faria (2017), Laville (2016), Cardozo, Araújo e Mariani (2017), Gaiger *et al.* (2018). Nas linhas subsequentes exploramos, brevemente e de forma narrativa, o que essa literatura tem dito sobre o tema, acreditando que tal seleção é suficiente para expor os principais avanços e desafios existentes. Por fim, conectamos o tema da democracia e do associativismo por meio das contribuições de Mark Warren (2001), especialmente a noção de ecologia democrática das associações, que postulamos como um caminho teórico frutífero para compreender as potencialidades democráticas dos grupos de economia solidária.

Inicialmente, cabe destacar que uma parte importante dos estudos sobre democracia e economia solidária tem observado e enfatizado as limitações desse tipo de prática. Andion (2005), ao pesquisar duas organizações comunitárias da cidade de Montreal (Canadá), o Carrefour da Família e

a Casa de Ajuda Mútua, identificou que muitos atores participavam das organizações e que as visões e objetivos nem sempre eram semelhantes o que gerava

uma comunicação difusa, frágil e que colocava em xeque os suportes do grupo. As discussões podiam levar ao acordo, mas também fazer emergir o conflito. Lidar com esse processo, fazendo emergir as diferenças e buscando criar espaços de comunicação onde acordos são construídos, parece um dos desafios constantes da gestão de organizações da economia solidária que agem como espaços públicos de proximidade. (Andion, 2005, p. 91-92).

Ao analisar dimensões relativas aos atores envolvidos, à comunicação, interação e a tomada de decisão, Andion (2005) salienta a importância e o aprofundamento dos espaços formais de comunicação para que as relações internas fossem fortalecidas. Em sentido semelhante, Barreto e Paula (2009) realizaram um estudo de caso e concluíram que havia “na cooperativa, um profundo desconhecimento dos princípios do cooperativismo, principalmente dentre aqueles diretamente ligados à produção, os quais não souberam, sequer com palavras próprias, opinar sobre o assunto.” (Barreto; Paula, 2009, p. 206). Da mesma forma, observaram “que a administração se concentra nas mãos do presidente e, que os diversos fatores que levam ao desinteresse dos cooperados em relação à gestão do empreendimento, fazem com que este se distancie cada vez mais do modelo autogestionário.” (Barreto; Paula, 2009, p. 207). Uma das explicações para esses problemas se dá em função da cooperativa analisada ser uma fábrica recuperada e manter, sob o rótulo cooperativista, práticas hierárquicas semelhantes à gestão empresarial que era aplicada anteriormente. Assim, nas assembleias anuais a tônica era o baixo engajamento e o despreparo para a participação. Tais conclusões vão ao encontro do que postulou Holzman (2000, p. 54) em seu estudo sobre uma cooperativa no Rio Grande do Sul:

a divisão do trabalho entre trabalhadores que fazem (manuais) e trabalhadores que pensam (intelectuais) e as relações de dominação/subordinação existentes entre eles se renovaram e foram consentidas na esfera do discurso, assegurando aos que dominavam as formas sancionadas do discurso a condução do processo de tomada de decisões.

Corroborando essas dificuldades dos processos participativos, Locks e Gugliano (2013), ao analisarem a gestão democrática em nove empreendimentos econômicos solidários no Rio Grande do Sul, observaram que, de modo geral, as reuniões e assembleias eram focadas nos aspectos técnicos, relativos às questões contábeis e financeiras. O baixo engajamento nas discussões internas fazia com que as necessidades e opiniões dos associados fossem passadas de modo informal, não sendo utilizado os espaços coletivos formais. Assim, os autores concluíram que os empreendimentos

apresentavam modelos de democracia fraca<sup>3</sup> porque os espaços de fala acabavam sendo monopolizados por aqueles que possuíam uma boa oratória, melhor formação ou estavam em cargos de liderança. Em sentido semelhante, Cardozo, Araújo e Mariani (2017, p. 118), em um estudo de caso sobre uma cooperativa de reciclagem, indicam que

há um pequeno número de cooperados comprometidos afetivamente com o empreendimento, geralmente os que trabalham há mais tempo ou desde a sua implantação [...] embora os cooperados precisem do trabalho para a geração de renda, ainda há pouco engajamento nas atividades da cooperativa.

Se os estudos empíricos demonstram as limitações das práticas da gestão democrática, Faria (2017), em ensaio teórico, questiona a própria utilização do conceito de autogestão no campo da economia solidária, pois, imersa no sistema capitalista, ainda que possa manifestar algumas características de autogestão e de resistência ao capitalismo, “constitui um equívoco teórico-conceitual e histórico-social.” (Faria, 2017, p. 641). A partir de uma perspectiva marxista, o autor indica que a autogestão no âmbito da economia solidária nada mais é do que uma criação intelectual carregada ideologicamente, uma vez que a economia solidária não consegue questionar as bases do sistema capitalista, ou seja,

A autogestão, em resumo, ultrapassa toda e qualquer proposta democratizante no âmbito da gestão participativa, na medida em que não pretende simplesmente criar grupos de trabalho autônomos ou abolir determinados graus de autoridade nas organizações, mas abolir as estruturas autoritárias da sociedade e de suas organizações. (Faria, 2017, p. 634).

Em linha semelhante de argumentação, para Lima (2010) a autogestão reapareceu no debate sobre o toyotismo e pós-fordismo como participacionismo ou como tentativas de engajar os trabalhadores na produção flexível e de vínculos precários, mas “mesmo mantendo propostas de equidade e justiça social e de defesa da autogestão do coletivo, a empresa é um negócio e, como tal, deve ser gerido.” (Lima, 2010, p. 180). Nessa linha crítica, temos que “a autogestão dos trabalhadores constitui-se, nesse contexto, mais como um objetivo a ser alcançado do que propriamente uma forma efetiva de organização e gestão” (Lima, 2010, p. 181). O autor conclui que há uma incompatibilidade dessas ideias em uma economia de mercado como a atual, já que os associados, ao não absorverem

---

<sup>3</sup> Para Locks e Gugliano (2013), embasados em Benjamin Barber, em uma democracia fraca são os dirigentes e administradores que realizam a tomada de decisões da organização, o conflito de interesses ocorre de forma individual, com opiniões e julgamentos definidos previamente em uma esfera privada, sendo as visões divergentes consideradas prejudiciais para a organização.

essa lógica transformadora, se veem como assalariados e não como partícipes de formas econômicas alternativas.

Apesar das divergências acerca dos conceitos de cooperação, autogestão, participação ou gestão democrática no âmbito da economia solidária, cabe destacar que esses são termos utilizados de forma homóloga, como ideais que movimentam e norteiam intelectuais e militantes envolvidos no tema, com significados em disputa que envolvem décadas de debates e controvérsias nas ciências sociais, pois carregam experiências e expectativas que fogem ao escopo desse trabalho. Nesse sentido, Gaiger *et al.* (2018, p. 145) têm indicado a necessidade de reconhecer a economia solidária enquanto passível de certas potencialidades no âmbito da gestão democrática por meio de uma abordagem gradualista, pois “essas possibilidades não estão previamente asseguradas; devem ser entendidas como tendências que se materializam com maior ou menor intensidade segundo as condições objetivas e subjetivas que afetam cada iniciativa”. Embora reconheçam a normatividade e o caráter político do conceito de economia solidária, reforçam que se trata de um conceito ideal-típico weberiano, sendo que “EES seriam aqueles empreendimentos que conjugam organicamente práticas de participação e cooperação com práticas orientadas à eficiência e à viabilidade econômica.” (Gaiger *et al.*, 2018, p. 147). Importante nessa formulação é que a gestão democrática adquire cinco pressupostos passíveis de análise: 1) processos participativos de direção e administração; 2) idêntico poder de decisão entre os sócios; 3) indiscriminação e igualdade social entre os sócios; 3) autonomia institucional; 4) envolvimento cotidiano dos membros nas decisões.

Nesse rol de estudos, Jean-Louis Laville (2016) retoma a noção habermasiana de espaços públicos plurais e a importância das associações voluntárias para o bom funcionamento da democracia como forma de entender as potencialidades da economia solidária. Assim sendo, “a contribuição das associações à democracia se deve ao fato de que elas são lugares em que os cidadãos definem por si mesmos as modalidades de ação. Por não obedecer a uma injunção externa, a gênese das associações lhes confere um caráter de espaço público autônomo” (Laville, 2016, p. 371). No entanto, Laville ressalta que elas não podem ser idealizadas e, no caso da economia solidária, “mesmo que frágeis, diversas experiências indicam uma resistência à mercantilização do mundo e reatam com um projeto de democratização da economia a partir de compromissos cidadãos.” (Laville, 2016, p. 374). A importância aqui reside em olhar para além dos aspectos internos, mas também para as redes de relações e sentidos que a economia solidária cria nos territórios em que se desenvolve.

Para entendermos melhor as potencialidades democráticas no campo da economia solidária, acreditamos que a noção teórica *de ecologia democrática das associações* elaborada por Warren (2001) pode ser útil para essa agenda de pesquisas. De maneira geral, o associativismo é visto, por diferentes teorias como algo benéfico para a democracia, embora a literatura acadêmica até então não havia explicitado sistematicamente o porquê, muito menos olhado para essa questão de

forma empiricamente orientada. Com isso, a ideia de ecologia democrática das associações proporciona ganhos analíticos ao sistematizar os possíveis efeitos democráticos das associações, tanto ao postular que não há necessariamente uma causalidade direta entre associativismo e democracia, quanto ao indicar que diferentes tipos de associações geram diferentes tipos de efeitos, sejam intencionais ou não intencionais (Warren, 2001).

Sobre essa relação entre democracia e associativismo, Warren (2001) indica que as associações podem causar efeitos para o desenvolvimento de capacidades individuais “considerados desejáveis em uma cultura política democrática” (Lüchmann, 2014, p. 38), como o aumento da informação disponível, da eficácia e habilidades políticas e de crítica. Em relação aos efeitos nas esferas públicas, em sentido semelhante ao de Laville (2006), as associações podem representar diferenças e aspectos comuns, a partir da comunicação e da deliberação pública. Um terceiro efeito diz respeito as instituições e a capacidade das associações “atuarem como instâncias de representação política, desenvolvendo pressão e resistência, organizando processos políticos, facilitando a cooperação e servindo como canais alternativos de governança” (Warren, 2001, p. 61, *tradução nossa*).

Desses três efeitos elencados, a partir de suas características internas e do contexto externo, algumas associações podem gerar, de forma direta ou indireta, efeitos nas capacidades individuais, outras podem ser mais atuantes nas esferas públicas, enquanto outras podem desenvolver relações com as instituições. Tendo em vista as limitações inerentes a esse artigo, na parte empírica da pesquisa focaremos especificamente nos aspectos relativos aos associados do CEPESI e como estes podem se conectar aos processos de gestão democrática, mas entendemos que é tarefa essencial para futuros estudos refletir também sobre as relações entre associações, esferas públicas e aspectos institucionais a partir da noção de ecologia democrática das associações.

## METODOLOGIA

Esse trabalho está embasado em uma abordagem qualitativa e exploratória, pois estuda o fenômeno a partir do contato direto e prolongado, buscando descrever e compreender ações empreendidas e relações estabelecidas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois, segundo Gil (2008, p. 27) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Os métodos de coleta foram a observação participante, entrevista e análise documental, que estiveram amparados em nosso objetivo e nas teorias discutidas anteriormente.

A técnica metodológica da observação participante foi realizada no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, onde foram realizadas visitas por dois meses, de maio até junho de 2022,

período em que também foram realizadas as entrevistas e a participação em 4 reuniões do conselho gestor e 1 reunião de assembleia geral. Importante ressaltar a participação nas reuniões de alteração do Estatuto Social e do Regimento Interno, o que foi de extrema importância para a pesquisa, pois nos permitiu captar as interações e comunicações envolvendo os principais dilemas do CEPESI. Com um bloco de notas foi possível identificar e detalhar as interações e ações (Yin, 2017), bem como informações sobre os atores, o tempo e o conteúdo das falas individuais, as formas de participação e comunicação dos membros entre si, bem como as controvérsias em torno do novo estatuto e regimento. Após cada coleta, foi realizada a transcrição das principais informações, anexando fotos sobre o local e as reuniões em que houve participação.

De forma complementar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro de 14 perguntas que teve por base a fundamentação teórica de Andion (2005) e Gaiger *et al.* (2018), com foco em entender o funcionamento da gestão democrática do centro público. Aqui cabe ressaltar que não há um modelo único, um *framework* de gestão democrática que possa ser aplicado, pois são várias as orientações teórico-metodológicas mobilizadas, muitas vezes pouco refinadas teoricamente. No entanto, os estudos supracitados podem servir de base para aprofundarmos as análises, pois já indicam direções que auxiliam na construção de um referencial teórico mais adequado, sólido teoricamente e respaldado empiricamente para o âmbito da economia solidária.

As entrevistas foram realizadas tanto com membros dos empreendimentos, quanto do conselho gestor do CEPESI, a partir da disponibilidade dos atores para participação. Foram realizadas 5 entrevistas, todas mulheres — composição majoritária do centro público —, somando-se aproximadamente 3 horas de gravação e 25 páginas transcritas. As entrevistadas foram identificadas como E1, E2, E3, E4 e E5 para preservar a confidencialidade das respostas obtidas, uma vez que abordavam percepções sobre questões sensíveis do dia-a-dia do centro, como as relações, os conflitos internos e as formas de tomada de decisão.

Conforme indica Yin (2016) sobre a pesquisa qualitativa é importante cotejar diferentes fontes observacionais e documentais para o estabelecimento de inferências. Além das entrevistas e da observação participante das reuniões, como forma de aprofundar nosso entendimento sobre as características da gestão democrática no CEPESI, acessamos atas de 11 reuniões, além do Regimento Interno e do Estatuto Social do CEPESI, referentes aos anos de 2012 e 2022. Sinteticamente, esse *corpus* de dados foi triangulado por meio de análise de conteúdo categorial, com foco no problema e nos objetivos da pesquisa (Bauer; Gaskell, 2015).

Por último, procuramos não desenvolver uma análise estática com objetivo de categorizar a experiência observada, em termos de graus ou níveis de democratização, por exemplo. Nos interessa aqui analisar o processo e entender as limitações e potencialidades inerentes ao que foi visto durante a coleta a partir das teorias disponíveis. Para tanto, mobilizamos a ideia de ecologia



democrática das associações de Mark Warren (2001), no sentido de indicar como esta teoria também pode ser uma lente válida e importante para ajudar a compreender melhor as potencialidades da questão democrática no âmbito da economia solidária<sup>4</sup>.

## A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO CEPESI

Sinteticamente, Boni e Vieira (2015) afirmam que os centros públicos de economia solidária são locais que agrupam vários empreendimentos que compartilham de mesmo espaço e precisam geri-lo diariamente para comercializar seus produtos. Os principais objetivos dos centros são difundir e fortalecer a economia solidária de forma articulada no território, em conexão com o poder público, entidades de apoio e universidades. Durante o período de inserção e expansão (Silva, 2019) da economia solidária na agenda governamental nacional, inúmeras organizações desse tipo foram criadas pela SENAES em parceria com governos estaduais e municipais, como o CESOL, na Bahia (Santos, 2021), o CPES, em Cuiabá (Evangelista; Santos, 2020) e o CEPESI, em Itajaí.

Assim sendo, para explicar as especificidades do CEPESI é importante primeiro compreender o contexto da economia solidária em Itajaí e, para tanto, os trabalhos de Oliani (2018) e Boni (2014) são essenciais. Mesmo que a história da economia solidária no município remonte ao início da década de 1990, somente em 2005 foi aprovado a criação do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), como associação de direito privado (Oliani, 2018). Sua criação foi resultante da mobilização da sociedade civil, mais especificamente dos empreendimentos que já existiam e estavam articulados em Itajaí, com o apoio da SENAES e da prefeitura (BONI, 2014; Oliani, 2018).

A partir disso, o CEPESI se tornou o catalisador das políticas públicas de economia solidária na região. Em 2009, por lei, institui-se o Plano Municipal de Economia Solidária e criou-se o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEDEER), com a instituição da Diretoria de Apoio ao Pequeno Empreendedor e Economia Solidária (Oliani, 2018). Dessa forma, ao longo dos seus 17 anos de funcionamento o CEPESI se tornou um marco, uma referência regional<sup>5</sup> importante para a difusão de políticas públicas de economia solidária, conforme indicam Boni e Vieira (2015, p. 370)

---

<sup>4</sup> Uma proposta que serve de inspiração para nossa análise foi desenvolvida por Lüchmann (2014), que aborda as dificuldades da mensuração de efeitos da participação, tendo em vista os problemas da causalção, como a multifatorialidade, as externalidades e a existência de impactos indiretos.

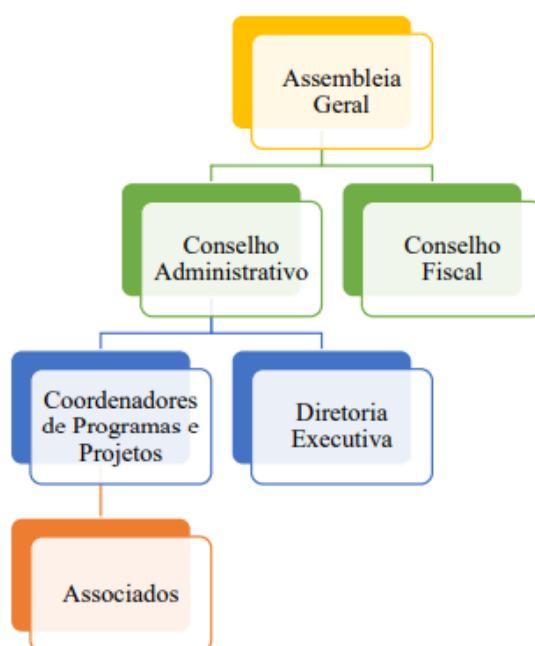
<sup>5</sup> Em 2016, somente 6 municípios catarinenses possuíam algum tipo de legislação municipal específica para a economia solidária (Santa Catarina, 2016), dentre os quais Itajaí foi pioneira no Estado. Tal afirmação também é reforçada pela prefeitura municipal de Itajaí (2017), na matéria intitulada "Centro de Economia Solidária de

Positivamente, quando se trata de economia solidária, Itajaí constitui-se em uma cidade referência, mobilizadora desse potencial [...] Fruto desta experiência de impacto regional e de menção nacional está o CEPESI, que atua como um 'guarda-chuva', objetivando ser referência para a mobilização, formação e comercialização dos produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos e Solidários.

Ademais, também podemos citar, desde sua historicidade, seu papel de catalisador da economia solidária (Reinecke *et al*, 2020), sua importância para o turismo (Boni; Vieira, 2015) sua inserção da vida cotidiana na cidade (Oliani, 2018), bem como sua forma de gestão e importância para a democracia, objeto de estudo desse trabalho.

Nesse ínterim, Andion (2005), Gaiger *et al.* (2018) enfatizam que, dentre os diversos fatores da gestão democrática na economia solidária, um dos elementos centrais diz respeito à participação dos envolvidos no processo de tomada de decisão. Baseando-se nesses aspectos, é importante detalharmos e analisarmos os espaços formais abertos para a participação dos associados. Para tanto, construímos um organograma a partir de informações obtidas durante a pesquisa, pela análise do Estatuto Social do CEPESI de 2012 e das alterações ocorridas em 2022:

Figura 5 – Organograma da Gestão do CEPESI



Fonte: elaborado pelos autores.

Itajaí é referência nacional". Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/16471/centro-de-economia-solidaria-de-itajai-e-referencia-nacional#.Y5j8R3bMKHs>. Acesso em: 24/01/2023.

De acordo com o Estatuto Social do CEPESI, a Assembleia Geral é o órgão supremo, em que as decisões são soberanas e vinculadas a todos os participantes, mesmo que não estejam presentes no dia das votações. Uma Assembleia Geral foi realizada no início do ano de 2022, para eleger os membros da Diretoria Executiva atual, que devem ser eleitos ou reeleitos a cada dois anos. Na assembleia, espera-se a participação de todos os associados, que são aqueles participantes que comercializam seus produtos. Para integrar o centro é necessário preencher um formulário de inscrição e passar por uma formação básica de economia solidária que ocorre duas vezes ao ano e dura três dias. Após a formação, deve-se escolher um grupo para trabalhar, tornando-se, assim associado ao CEPESI. Durante a coleta de dados, o CEPESI contava com cerca de 60 associados e 13 grupos de economia solidária.

Além da Assembleia Geral, o CEPESI conta com o Conselho de Administração, composto por 1 representante de cada empreendimento, ou seja, 13 membros, e 1 representante do poder público, o diretor da Diretoria de Apoio ao Pequeno Empreendedor, Economia Solidária e Economia Criativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Itajaí. O Conselho Administrativo é o principal *lôcus* de gestão do centro, pois é responsável por planejar, organizar, controlar e dirigir as atividades, bem como propor as alterações do Regimento Interno, constituir comissões para projetos, analisar os relatórios da Diretoria Executiva e demais ações. As reuniões são mensais e, apesar de abertas para qualquer associado, é obrigatório que haja pelo menos 1 representante de cada empreendimento, normalmente na pessoa do coordenador. O coordenador, por sua vez, é o representante de seu empreendimento, eleito no seu grupo para exercer esta função de representação. O Estatuto também institui a Diretoria Executiva, órgão que compõe o Conselho de Administração, tendo como cargos o Presidente, Secretário e Tesoureiro, sendo o Presidente responsável por convocar e dirigir as reuniões e Assembleias Gerais, assinar parcerias, manter articulações com entidades públicas e privadas, entre outras ações. É importante ressaltar nenhum desses cargos é remunerado<sup>6</sup>.

Outra estrutura de gestão é o Conselho Fiscal que, de acordo com o Estatuto, é composto por 6 membros, sendo 3 efetivos e 3 suplentes, com a responsabilidade de fiscalizar a gestão financeira do CEPESI, opinando sobre os balanços e relatórios de arrecadação e pagamentos efetuados, assim como a verificação das operações realizadas. Importante destacar também os Coordenadores de Comissões e de Projetos que são responsáveis por cumprir as atribuições que lhe forem delegadas nas discussões realizadas com os participantes nas reuniões do conselho gestor. De

---

<sup>6</sup>A única função remunerada no CEPESI é a de gerente, que atende na loja todos os dias, organiza as escalas de voluntariado, administra as redes sociais, realiza reuniões com o contador sobre a prestação de contas e leva essa prestação para as reuniões mensais.

acordo com o Regimento Interno do CEPESI, aprovado em 2012 e mantido em 2022, existem 4 comissões, sendo elas a Comissão de Comercialização, Comissão de Formação, Comissão de Mobilização e Marketing e a Comissão de Projetos. Porém, de acordo com as entrevistas, existe ainda a Comissão de Feira que é responsável por buscar informações sobre as feiras, repassá-las para os demais e organizar os associados no dia de realização.

Percebe-se, assim, como são articulados os espaços formais para a participação dos associados e tomadas de decisão no CEPESI. Institui-se uma cadeia de atribuições e um aparato administrativo com o objetivo de garantir que a comercialização e a tomada de decisões sejam realizadas. Tal situação acontece no CEPESI porque os membros percebem a necessidade da existência de posições de coordenação que organizem as ações, especialmente o Conselho Administrativo e a Diretoria Executiva. No entanto, as decisões tomadas nesses espaços estão submetidas a Assembleia Geral, de forma que a gestão, na letra do estatuto, envolve processos participativos de direção e administração e idêntico poder de decisão entre os sócios, conforme elencados por Gaiger *et al.* (2018).

#### LIMITAÇÕES E POTENCIAIS DEMOCRÁTICOS DO CEPESI

Para além dos aspectos mais formais da gestão do CEPESI, de acordo com Laville (2009, p. 60) o desafio é “reconocer las dimensiones políticas de estas experiencias economicas con el fin de concretizar sus potencialidades de democratización de la economia”. Assim, nas próximas linhas nos detemos nas dinâmicas estabelecidas pelos atores, suas formas de comunicação e interação (Andion, 2005), a condições de igualdade entre os sócios e o envolvimento cotidiano dos membros nas decisões (Gaiger *et al.*, 2018), tentando entender as potencialidades democráticas desses processos no nível individual (Warren, 2001).

Dessa forma, por meio das entrevistas, atas e reuniões observadas, percebemos que a maior dificuldade para fazer valer a gestão democrática é o engajamento dos associados nas decisões cotidianas, assim como relatado nos demais trabalhos sobre o tema. Por um lado, os coordenadores dos grupos reclamam que os associados não os respondem, por outro, os associados sinalizam que os coordenadores não os informam corretamente. Ou seja, o aspecto da comunicação e interação (Andion, 2005) não é fluído, gerando o que Carole Pateman indica como participação parcial, ou seja, “é um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões, mas onde o poder final de decidir pertence apenas a uma das partes.” (Pateman, 1992, p. 97). Assim, podemos entender que essa dinâmica participativa se dá por meio da figura dos coordenadores de grupos, que se envolvem cotidianamente com a gestão do centro. No entanto, a efetividade do fluxo

de comunicações e decisões é comprometida pela baixa participação dos demais associados dos empreendimentos.

Apontadas pelos estudos anteriores (Lima, 2010; Faria, 2017), outras dificuldades encontradas na gestão democrática dizem respeito a dupla tensão (Laville, 2009) presente nos EES. Basicamente, trata-se do cruzamento dos princípios da economia solidária com os princípios clássicos do mercado, pois, de acordo com o observado nas reuniões, muitos empreendimentos que possuem produtos expostos no CEPESI também possuem espaços de comercialização em outros locais da cidade, que são priorizados em detrimento do centro público. Esse problema ecoa também no voluntariado, uma vez que todos associados tem obrigação de realizar o atendimento na loja 1 vez no mês, porém muitos associados optam por remunerar outros para irem no seu lugar, distorcendo a ideia da gestão coletiva do espaço para conseguir comercializar seus produtos em dois espaços ao mesmo tempo. Durante a reunião de alterações para o Regimento Interno, esse foi um problema muito discutido cuja resolução parecia ser de grande importância para os presentes. Dos presentes nas discussões, em sua maioria coordenadores, debateu-se que essa prática não condiz com nenhum princípio da economia solidária e decidiu-se, no novo Regimento Interno, que as trocas entre associados só poderão acontecer sem envolver dinheiro.

Da mesma forma, nas reuniões de comissões em que participamos, também percebemos que são espaços pouco atuantes e influentes na gestão do CEPESI. Mesmo assim, em uma das reuniões foi decidido que seria adicionada ao Regimento Interno mais uma comissão, a chamada Comissão de Curadoria, com o intuito de garantir a qualidade dos produtos da loja, principalmente por queixas de produtos que não estavam em qualidade devida para comercialização, por exemplo com as cores desbotadas ou com algum defeito. Essa nova comissão também seria responsável pelo controle dos produtos e fiscalização das feiras, porque muitos associados levam produtos que não apresentaram no CEPESI ou, por vezes, deixam o centro vazio, infringindo a regra interna que permite levar somente 50% dos produtos de cada empreendimento para as feiras.

Apesar de não serem tão explícitos nas observações das reuniões, a partir das entrevistas e das atas notamos a existência de conflitos internos que mostram facetas importantes da gestão do centro. Especialmente importante, consideramos o relato presente nas entrevistas sobre a possibilidade de fechamento do centro no começo de 2022, por conta de divergências que estavam acontecendo nos grupos de WhatsApp. De acordo com uma entrevistada, o CEPESI teve de mudar de sede e alguns empreendimentos foram contrários à essa decisão, o que criou tensões entre os associados. Segundo os relatos, a mudança ocorreu porque a sede anterior, localizada em região central e nobre da cidade, pertencia ao Banco do Brasil e estava cedida para a prefeitura. Porém, o Banco do Brasil vendeu o prédio e o dono atual estava pedindo um aluguel que a prefeitura não se disponibilizou a pagar, obrigando a mudança para um espaço menor, porém, igualmente bem

localizado no centro da cidade. Na ata da reunião de janeiro de 2022 pode-se verificar esses dilemas, seja pela presença de advogados que mediavam a situação, seja pela fala do representante do executivo municipal, na figura do Diretor de Economia Solidária, que “falou também sobre sua preocupação quanto a continuidade do CEPESI”, pois

a situação no ponto em que está encontra-se insustentável, ressaltou o nível das conversas no grupo de WhatsApp, inclusive das agressões, ofensas e ameaças, referindo de que não é este o objetivo do grupo. Apontou ainda o aporte financeiro dado pelo município de Itajaí ao empreendimento CEPESI e da disponibilidade dele e da sua pasta em total apoio à continuidade do CEPESI. (Ata CEPESI de reunião janeiro de 2022).

Após essa reunião, o CEPESI realizou nova eleição, tratou de compor uma nova diretoria e, durante a coleta de dados, os conflitos haviam sido apaziguados entre os grupos e demais gestores. Esses exemplos mostram como no CEPESI os associados precisam constantemente mobilizar habilidades políticas, tais como:

“habilidades de fala e autorrepresentação, negociação e barganha, construção de coalizões, imaginação de soluções que resolverão conflitos, saber quando fazer concessões e quando não fazer, e ter sofisticação para saber quando alguém está sendo pressionado, ameaçado ou manipulado” (Warren, 2001, p. 143, *tradução nossa*).

Como organização fronteira, inserida no âmbito da sociedade civil, do mercado e das instituições públicas, essas habilidades mencionadas por Warren (2001) de negociar, barganhar e construir coalizões se fazem essenciais para o manutenção e superação dos desafios diários do centro, pois possibilitam que os associados absorvam e resolvam os conflitos de forma não disruptiva. Ao mesmo tempo, embora seja voluntário, as capacidades de um indivíduo deixar o CEPESI são limitadas pela vinculação dos associados com os princípios e valores da economia solidária, bem como pela sua dependência tanto do espaço fixo de comercialização, quanto das feiras em parceria com a prefeitura e a universidade local, de forma que, para os grupos, é melhor administrar e resolver os conflitos do que simplesmente deixar a associação e perder essa fonte de renda.

O CEPESI persegue vários e ambiciosos objetivos organizacionais (explícitos e não explícitos), como a necessidade de gerar receitas para os associados poderem sobreviver em contextos de vulnerabilidade, a criação de espaços para tomada de decisões inclusivas e que respeitem a diversidade de opiniões, a condução e resolução dos conflitos para que eles não desfaçam o coletivo, o estabelecimento de relações comunitárias e de espaços públicos plurais, tendo em vista a legitimação da política pública de economia solidária no município. Entendemos que concretizar esses fatores, sem abdicar dos valores do movimento e da autonomia institucional da organização, é

tarefa complexa que impõe aos analistas do fenômeno uma necessidade de maior realismo quando da análise e, sobretudo, sua teorização.

Mesmo que a economia solidária não seja tão virtuosa quanto as teorias supõem, e que os dilemas listados acima limitem as interações entre os atores (Andion, 2005), suas condições de igualdade e envolvimento nas decisões diárias (Gaiger *et al.*, 2018), ao observarmos as práticas pela perspectiva da ecologia democrática das associações, podemos visualizar potenciais efeitos democráticos, sejam no âmbito individual, das esferas públicas ou das instituições. Ainda que não estejam presentes em sua totalidade, são possibilidades que podem auxiliar a compreender melhor as relações entre associativismo e democracia, sem sobrecarregar o fenômeno de expectativas ou reduzi-lo ao fatalismo, ao encontro de uma noção gradualista (Gaiger *et al.*, 2018).

A partir do material coletado, percebemos que as decisões são feitas de forma participativa e dialogada no Conselho Administrativo e por votação na Assembleia Geral. Na reunião de mudança do Regimento Interno, afloraram os processos democráticos exercidos, pois, embora diversos associados tenham apresentado divergências, as reuniões de conselho e da assembleia se desenrolaram de forma organizada, com educação e respeito mútuo. Cada proposta foi debatida pelos presentes por meio de um diálogo aberto que possibilitou a participação eficaz, que para Warren (2001, p. 71, *tradução nossa*) “é a sensação de poder impactar na ação coletiva caso alguém assim o deseje.”. Um exemplo nesse sentido foi a sugestão de um associado, que foi aceita por todos, para alterar o período de recesso do CEPESI, definido como 10 dias no mês de janeiro, pois, como se trata de uma região litorânea, esse seria o tempo de maior movimento de pessoas e turistas na cidade.

Também notamos, durante as reuniões de Alteração de Estatuto, que aconteceram inúmeras discordâncias, que eram resolvidas de maneira respeitosa, seguido da proposta de mudança do trecho e da reescrita conjunta. Todos os 13 coordenadores, sem exceção, contribuíram com falas, expondo suas opiniões e sugestões de melhorias para o Regimento Interno, demonstrando uma abertura ao diálogo e à participação, corroborando as constatações de Laville (2016) sobre a economia solidária ser um vetor democrático que induz a participação dos envolvidos, direta ou indiretamente, e permite a construção de espaços coletivos. Já para Warren (2001), processos de deliberação, cooperação e solidariedade no estabelecimento de objetivos em comum auxiliam na construção de consensos e na resolução de conflitos internos, ao mesmo tempo em que permitem o desenvolvimento de habilidades de crítica, ou seja,

a possibilidade de que os participantes do processo político mudem suas preferências de maneira mais fiel às suas necessidades (isto é, mais autônomos individualmente) e tenham maior probabilidade de contribuir para consensos, barganhas ou construção de coalizões por saberem que querem (Warren, 2001, p. 75, *tradução nossa*).

Esses processos de diálogo foram salientados nas entrevistas que realizamos, nos quais se percebeu um sentimento de pertencimento ao CEPESI por parte dos associados. Em nossa vivência no centro constatamos como a economia solidária acaba realizando um papel muito além do financeiro, permitindo que os associados saíssem de situações pessoais delicadas por meio do convívio com os demais membros, criando vínculos de amizade e coletividade por meio do centro. Não menos importante é a presença das mulheres como grande maioria, incluindo a presidente. Em um mundo no qual os postos de trabalho e cargos de gestão mais altos estão, em sua maioria, nas mãos de homens brancos, o que vimos no CEPESI corrobora estudos que relacionam o empoderamento feminino com a economia solidária:

é nos momentos coletivos que elas podem trocar experiências, expor seus pensamentos e saberes, escutar sobre a realidade de outras mulheres. Com isso, consolida-se o poder político. Essas vivências propiciam o empoderamento e é necessário um agente externo, catalisador desse processo e o movimento social, nesse caso a ESS, apresenta-se como esse agente promotor. É nesse espaço coletivo, nas isonomias, que elas consolidam seu processo de empoderamento. (Simon, 2015, p. 266).

A teoria da ecologia democrática das associações se conecta a esses temas, pois preconiza o aumento da informação, das habilidades políticas e do senso de eficácia durante a participação associativa, pois “as pessoas entram em associações como uma expressão e manifestação de sua agência, e esses efeitos devem ser reforçados por experiências de pertencimento e atuação em conjunto” (Warren, 2001, p. 142, *tradução nossa*). Quando pensados no nível do desenvolvimento de habilidades individuais que fortalecem a democracia, estas são possibilidades postas pela teoria que indicam agendas de pesquisas futuras no sentido de entender melhor a relação entre a gestão democrática na economia solidária e suas potencialidades. Longe de afirmar que todos esses efeitos se manifestam na economia solidária e no CEPESI, nesse trabalho somente indicamos que esses aspectos podem se manifestar na economia solidária, especialmente a partir do aprimoramento das práticas e processos de gestão democrática estabelecidas pelos grupos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, buscamos tanto entender o processo de gestão democrática no CEPESI, quanto refletir sobre suas potencialidades democráticas. Presenciamos uma mudança de Estatuto e de Regimento Interno, momento crítico para qualquer coletivo organizado, pois é quando as suas questões mais importantes são debatidas. Percebemos, sobretudo, que o centro possui uma estrutura de gestão concentrada no Conselho Administrativo, composto pelos coordenadores dos



empreendimentos e pela Diretoria Executiva. De acordo com a literatura sobre o tema, indicamos que há uma participação parcial (Pateman, 1992), uma vez que existem problemas de comunicação e interação entre os demais associados e os coordenadores, reduzindo o engajamento nas decisões diárias do CEPESI, apesar da igualdade presente na letra do estatuto.

Mesmo com essas dificuldades, o CEPESI desenvolve espaços de diálogo coletivo e, nas reuniões em que participamos, ocorreram divergências em relação a diversos assuntos sem que os participantes fossem impedidos de se posicionar ou tivessem sua fala interrompida. A forma como as decisões foram tomadas, por meio da participação nas discussões e voto, permitia com que cada associado pudesse contribuir nesse processo participativo de gestão, apesar de todas as limitações já citadas.

Sobretudo, cabe a uma agenda de pesquisa sobre o tema a constante reflexão e autocrítica teórica e prática sobre a gestão democrática na economia solidária, bem como a justificação dessa ênfase. Se, por um lado, temos de entender o caráter gradual (Gaiger *et al.*, 2018) que se manifesta nas limitações e na dificuldade de assimilação e aprendizagem dos princípios solidários, por outro lado, é importante o desenvolvimento de teorias que possam cotejar a realidade empírica com as potencialidades da economia solidária, sem idealizar o objeto de análise nem reduzir suas possibilidades.

Outrossim, entendemos que é importante avançar para além do diagnóstico da baixa participação, pois a economia solidária pode ser vista também como um vetor de potencialidades democráticas, a partir da ecologia democrática das associações (Warren, 2001), seja no nível individual dos associados, seja no nível das esferas públicas ou das instituições. A respeito da ênfase aqui posta, no desenvolvimento de capacidades individuais, há que se atentar para como a economia solidária contribui para que pessoas em situação de vulnerabilidade social adquiram habilidades políticas, de crítica, acesso à informação e maior senso de eficácia participativa. Ao mesmo tempo, há que se refletir sobre as relações externas e suas influências nas esferas públicas, bem como nas instituições, seja ao participar de conselhos de políticas públicas, realizar feiras nos espaços locais ou trabalhar de forma subsidiária ao executivo municipal na geração de emprego e renda.

A partir dessas reflexões, concluímos que o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, nestes 17 anos, tem gradualmente implementado processos participativos de gestão. No entanto, diversos são os desafios a serem superados, como aumentar o envolvimento cotidiano dos associados e possibilitar assimilação, aprendizado e internalização dos princípios da Economia Solidária em um contexto neoliberal pós-pandêmico, mantendo-se viável economicamente. Neste sentido, o CEPESI vem se consolidando na região como um espaço público plural (Laville, 2016), pois continua preconizando a economia solidária como sua norteadora, ao passo que muitos associados encontram nela um novo sentido para a vida, ou mesmo uma forma de viver em comunidade. Esses aspectos não

podem ser menosprezados, pois, diante do contexto complexo em que vivemos de projetos políticos neoliberais e autoritários, tais espaços participativos são ilhas de esperança para o futuro.

## REFERÊNCIAS

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de administração contemporânea*, 9, 79-101, 2005.

BARRETO, R. D. O.; PAULA, A. P. P. D. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cadernos Ebape*, v. 7, 199-213, 2009.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada, 2017.

BONI, I. M.; VIEIRA, R. Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC. *Interações, Campo Grande*, v. 16, 365-375, 2015.

CARDOZO, B. D. A.; ARAÚJO, G. C. de; MARIANI, M. A. P. Comprometimento organizacional em uma cooperativa de reciclagem. *Interações, Campo Grande*, v. 18, n. 3, p. 107-120, 2017.

EVANGELISTA, C. B.; SANTOS, E. C. R. Organização coletiva: Centro Público de Economia Solidária em Cuiabá – MT. *REVICOOP, Cuiabá*, v.1, n.1, 2020.

FARIA, J. H. D. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos Ebape*, [S.l.], v. 15, p. 629-650, 2017.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 28, p. 211-228, 2013.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. (2018). O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. *Dados*, [S.l.], v. 61, p. 137-169, 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, J. L. Definiciones e instituciones de la economía. In Coraggio, J. L. *Qué es lo económico*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones CICCUS, 2009.

LAVILLE, J. L. (Re) thinking public space and economy: a dialogue between solidarity economy and democracy theory. *Organizações & Sociedade*, [S.l.], v. 23, p. 369-377, 2016.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S.l.], p. 41-62, 2013.

LÜCHMANN, L. H. H. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas. In Romão, W. M., Martelli, C. G.G. & Pires, Valdemar (org.). *Participação política no Brasil: ação coletiva e interfaces socioestatais*. Cultura Acadêmica, 2014. p. 25-43.

- MACHADO, P. T. A.; MELLO, J. P. O Centro Público de Economia Solidária de Londrina. Organizações e Sustentabilidade, Londrina, p. 25-53, 2016.
- MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica. *São Paulo: Atlas*, 2009. p. 143-164.
- OLIANI, F. S. A Experiência do programa ESOL: contribuições para o fortalecimento da economia solidária em Itajaí-SC. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2018.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- REINECKE, L. F.; PACHECO, A.; MELO, D.; LOCKS, P.; SIMON, V. A institucionalização da Política Pública de Economia Solidária em Balneário Camboriú: atores, agendas e processos. *Mercado de trabalho*, [S.l.], v. 70, p. 1-17, 2020.
- SANTOS, A. G. Redes sociais e economia solidária: Uma caracterização do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) Portal do Sertão. *Revista Rural & Urbano*, [S.l.], v. 06, n. 02, p.156-170, 2021.
- SILVA, S. P. *A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma* (No. 2434). IPEA: Texto para Discussão, 2018.
- SIMON, V. S. P. Trajetórias fenonômicas e empoderamento: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- WARREN, M. E. *Democracy and Association*. Princeton University Press, 2001.
- YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.
- LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Sociologias*, 12, p.158-198, 2010.

## Dados de autoria

Pompilio Locks

Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral realizado na Universidad Complutense de Madrid [UCM]. Professor adjunto na Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisador vinculado aos grupos de pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública (UFRGS) e Governança, Regulação e Risco (UDESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1498012826313330>. E-mail: [pompilio.locksfilho@udesc.br](mailto:pompilio.locksfilho@udesc.br).

### Natalia Amaro

Bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); colaboradora no grupo de pesquisa Governança, Regulação e Risco (UDESC). Atualmente é servidora pública da Prefeitura Municipal de Camboriú. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2517495429370909>. E-mail: [natalia.amarog9@hotmail.com](mailto:natalia.amarog9@hotmail.com).